



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
VERDE E MEIO AMBIENTE

Contexto da Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista

Perspectivas do poder público

Governo local: o Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

28 de maio de 2018

Diálogos interdisciplinares sobre a
Governança Ambiental da
Macrometrópole Paulista
28 e 29 de maio, das 8h30 às 12h30 FAPESP



SVMA

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

CADES

CONFEMA

CMMCE

Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia
Secretaria Executiva da Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

DPP
Participação e Gestão do FEMA
32 CADES das Prefeituras Regionais

DECONT
Licenciamento e Fiscalização

DEPLAN
Planejamento e Inserção da Variável Ambiental nas Políticas Setoriais

DEPAVE
Projeto e Gestão de Parques e Unidades de Conservação
Mais de 100 Conselhos Gestores de Parques, Parques Lineares e Unidades de Conservação

DAF
Administração e Finanças

DGD
Gestão Descentralizada

UMAPAZ
Educação Ambiental e Cultura de Paz
Conselho Consultivo da UMAPAZ

Constituição Federal de 1988

Art. 37

Princípios da administração pública:

- legalidade
- impessoalidade
- moralidade
- publicidade
- eficiência



FIGURA 10: Componentes dos mecanismos de governança.

Fonte: BRASIL, Tribunal de Contas da União. Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria. 2014. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/pmimf/institucional/download-de-arquivos/governanca-publica-tcu.pdf>, acessado em 20 de maio de 2018.

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

O QUANTO QUE AS ARTICULAÇÕES VIA COMITÊ DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS TÊM ABERTO UM DEBATE MAIS AMPLO EM RELAÇÃO A GOVERNANÇA AMBIENTAL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

- ❖ O Comitê é consultivo, não deliberativo; decisões por consenso. No momento de sua criação, as articulações do Comitê possibilitaram o começo da discussão da mudança do clima nas políticas setoriais.
- ❖ É necessário usar o poder político da PMSP e seu poder de compra, para transformar as normas e o mercado. Retórica climática precisa entrar nos termos de referência para licitações
- ❖ O envolvimento do Prefeito (= apoio político explícito + incorporação da questão climática na retórica) é fundamental, pois há um “produto político” a ser entregue à sociedade, inclusive às/das forças produtivas). A rejeição do Prefeito às questões ambientais, nelas incluída a mudança do clima, torna as possibilidades de avanço muito reduzidas. Mas, até ao se tonar “heroica”, acaba sensibilizando alguns setores que incorporam a bandeira
- ❖ Capacidade de articulação ainda bastante ativa, como o demonstrou a discussão no final do ano passado, acerca das novas regras para a emissão de poluentes pelos ônibus da frota paulistana
- ❖ Os detentores de saberes tradicionais ficam desconfortáveis com as alterações (muitas vezes paradigmáticas) impostas pela mudança do clima
- ❖ Destaque para a questão moral suscitada pela encíclica Laudato Si

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

COMO É O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DESSAS AÇÕES JUNTO NO ÂMBITO INTERSECRETARIAL DA PMSP, MAS TAMBÉM DA ARTICULAÇÃO DA PMSP COM OUTROS MUNICÍPIOS E GOVERNO DO ESTADO.

- ❖ Os membros titulares da PMSP são os Secretários, mas eles têm quase nenhuma participação. No entanto, é relevante que seja assim, pois questões mais candentes acabam por trazê-los para a discussão
- ❖ No caso do Governo do Estado, há participação, mas há problemas de ordem institucional. As Secretarias de Energia e de Recursos Hídricos participam do Comitê, mas a de Meio Ambiente não. Pretendemos fazer uma revisão da composição do Comitê para consertar essas situações
- ❖ Há muito pouca articulação objetiva entre as ações do Governo do Estado e as da PMSP, mesmo com momentos de alinhamento partidário. Mas, isso não atrapalha o que se faz
- ❖ Temos procurado imprimir um caráter metropolitano ao Comitê, chamando os municípios e consórcios vizinhos para participar
- ❖ Essa “construção coletiva”, atualmente, sofre outro impacto decorrente da arquitetura institucional: o Comitê é um fórum e falta o braço do Executivo para agir. Ou seja: há atribuições e responsabilidades executivas que não são do fórum, mas é algo que a Prefeitura deve fazer. Daí ser necessário criar um setor, dentro da SVMA, que fique responsável pelas atividades de mudança do clima.

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

RESULTADOS E EXPECTATIVAS DOS GTs DO COMITÊ E ATUALIZAÇÃO SOBRE O PRÓXIMO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DA CIDADE.

- ❖ Os Grupos de Trabalho tiveram desempenhos muito variados. O de Transportes e Energia foi decisivo na discussão do texto que se tornou a lei 16.802/2018. Mas, há GT que nunca sequer se reuniu. Fizemos uma discussão com todos, buscando identificar os porquês de as pessoas terem se envolvido, objetivando apoiar o prosseguimento dessas ações. Apenas um GT tem efetivamente moto próprio, os outros precisam de demanda
- ❖ Pretendemos dar início à discussão das recomendações para um plano de ação, revendo documento de 2012, frente ao qual se vê que muita coisa foi feita
- ❖ O inventário é um exemplo claro do problema da arquitetura institucional: quem o tem de fazer não é o Comitê, isso não é função dele, mas é de algum órgão do Poder Executivo, no caso, da SVMA.
- ❖ A PMSP não precisa do inventário para ter números para mostrar: o poder envolvido na PMSP implica a necessidade que ela contar com técnicos que saibam quantificar emissões e remoções de GEE, e avaliar impactos da mudança do clima. Isso demanda não apenas capacitação, mas a produção de conhecimento que seja instrumental para o processo decisório
- ❖ Políticos não sabem, nem têm querido saber, o que é a mudança do clima. Como plantar árvores é uma boa coisa, tudo acaba se resumindo aí.

Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Em síntese, na perspectiva da liderança, estratégia e controle:

- ❖ PMSP precisa usar mais intensamente seu poder político e econômico para inserir a variável climática nas políticas públicas em todos os níveis. Isso será mais rápido com a instrução e sensibilização dos Prefeitos
- ❖ É necessária a compreensão política de que a inserção da variável ambiental nas ações governamentais facilitará enormemente o acesso a recursos, especialmente os internacionais
- ❖ Há necessidade de maior instrumentalização do conhecimento, pois as variáveis para se decidir dentro dos governos são muito maiores do que apenas aquelas específicas da mudança do clima. Além disso, a incerteza desses assuntos vulnerabiliza, do ponto de vista legal, o decisor político.
- ❖ Seria muito bom ter uma previsão climática “certa”, com resolução na escala do governo local, que possa ser adotada pelos órgãos públicos de São Paulo, de modo a que cada um deles possa ir incorporando a variável climática em suas políticas setoriais, gerando menos conflitos futuros, *no-regrets*, e mais reverberação positiva entre elas
- ❖ Um fórum como o Comitê apoia o Poder Executivo, mas não o substitui. O Executivo precisa assumir com mais afinco as responsabilidades com relação a este tema



Obrigada!

lauraceneviva@prefeitura.sp.gov.br